

Notas e informações**O olho do furacão**

O presidente José Sarney não estará pensando que o céu que tem pela frente é "céu de brigadeiro", em que estão afastadas as turbulências e as nuvens são apenas cirros. Sem dúvida, a grande turbulência — já superada — sentida em decorrência da doença e da morte do presidente eleito Tancredo Neves gerou temores quanto à possibilidade da passagem do período autoritário (embora o final do governo Figueiredo já não pudesse ser assim qualificado) para o de construção do Estado de Direito. A turbulência não estava apenas na circunstância trágica — no sentido preciso da expressão — de a Nação ter de acompanhar dias a fio, noites sem conta aquela luta contra as Parcas, confiante em que o Destino lhe seria propício, dando-lhe o presidente pelo qual ansiara tanto tempo. Havia também o fato de a posse do vice-presidente José Sarney ter sido saudada pelos setores mais radicais com uma sucessão de greves, visivelmente destinadas não só a arancar (este é o termo) concessões dos empresários, mas também a criar condições de desestabilização do processo político, se possível. A grande crise superou-se, contra os maus presságios, deixando, no entanto, seu legado; e dele o presidente da República ainda não se conseguiu desvencilhar, ou não quis fazê-lo, dando prova de extraordinária retidão moral para com a memória do presidente Tancredo Neves, mantendo o Ministério que não é seu.

A turbulência, que teve sua origem na tragédia, foi vencida. Outra, porém, pode ser captada até pelos radares menos sensíveis — e ela não é produzida, agora, por desajustes na economia (que em alguns setores apresenta indícios tranquilizadores de recuperação), mas pelo fardo do regime anterior, herdado por Sarney como teria sido por Tancredo.

A herança é pesada, talvez mais densa do que se poderia imaginar. Preocupado com outro tipo de problema, de maior relevância *aparente*, o presidente talvez não se dê conta de que, queira ou não, está administrando um sistema político que ainda não encontrou o centro em torno do qual gravitar; de que alguns aspectos das normas administrativas que deseja corrigir estão de tal maneira entranhados em determinados grupos que mudá-las é fazer autêntica revolução. Com certeza, o presidente ainda recebe sinopses das principais notícias que a imprensa veicula; por elas, dar-se-á conta de que furta o Estado, especialmente no setor da Previdência, se tornou corriqueiro, da mesma maneira como poderá entrever que a oligarquia e a *Coisa Nos-*

sa não desativaram seus contatos e que a administração pode vir a ser presa, a qualquer momento, de conluíus criminosos, como se verificou no passado. Em suma, se não teve sensibilidade para perceber o fato, o chefe do governo saberá pelas sinopses que o País atravessa profunda crise moral.

Essa crise é como um furacão, cujo olho pode identificar-se claramente com a inflação. Foi ela que corroeu as resistências e as reservas morais do corpo social; foi ela — aliada ao empreguismo que nos domina há séculos — que impediu a valorização do funcionalismo e, rebaixando-o, criou as condições para que as intermediações se fizessem *úteis*; foi ela que, destruindo os valores morais, deu ensejo a que a *Coisa Nossa*, a quintessência dos serviços de despachantes, cercasse os altos círculos do poder e, em processo inverso, fizesse que o mau exemplo de cima se transmitisse para baixo. Será preciso dizer que o Estado, emprensando o jogo, contribuiu para tudo isso?

Esse furacão, o presidente deve saber analisá-lo. Será difícil reconstruir a Nação abalada por ele. Mas é importante que se ataque sua causa fundamental, que é a inflação. Diz-se que no olho do furacão o deslocamento se dá sem grandes turbulências, porque nele todas as forças se anulam. No olho não há ventos, pois eles partem dele para todas as direções. Ora, situado no centro da grande tormenta, o presidente pode não senti-la e até dizer que a visibilidade é boa, sem perigo de tempestades. Elas estão em volta, no entanto. É só atentar para alguns indícios, diversos, todavia, daqueles índices de alta popularidade que os assessores mais prestimosos colocam todos os dias na mesa presidencial para avivar o ânimo do comandante. Esses indícios vêm de algumas capitais, sensíveis: são os índices de custo de vida, que começam a demonstrar que a luta contra a inflação ainda não foi ganha e que a taxa de inflação, neste fatal agosto, pode voltar a situar-se no patamar dos dois dígitos.

O problema das negociações com o FMI, vistas as coisas desse prisma, até que é menor. A questão crucial, disso todos sabemos, é a inflação, que ameaça tragar todos os esforços do governo e engolfar toda a boa vontade do presidente da República. Se, em agosto, chegar aos dois dígitos, o presidente José Sarney terá tido a demonstração de que o discurso do "grande líder, Tancredo Neves", ao Ministério não se cumpriu na sua parte mais importante: "É proibido gastar!" Terá tido, igualmente, a comprovação de que existem forças muito

poderosas em seu governo, as quais não desejam que se pratiquem os cortes, e preferem uma inflação disparada, como na Argentina de antes da *experiência Alfonsín*, a uma política de saneamento das despesas públicas.

Essas forças são a oligarquia e seus tentáculos; o inspirador da política de *gastar* é o oligarco-nacionalismo, sob a máscara da retórica da *soberania* e do *social*. Em nome de uma coisa e outra, não se aceitam cortes; ou se concorda com eles para não discutir, sem contudo executá-los. As forças oligárquicas procedem como político paulista de antes de 64, que assinava o pedido de nomeação e depois ordenava sua sustação, porque assinara mas não dissera. Na administração federal está sucedendo coisa igual: todos concordam com os cortes, sabendo que são meramente contábeis e não executam contenção alguma. Resultado: a caixa do Tesouro continua sob pressão constante e até, em alguns casos, aumentada. Sim, maior do que antes, pois em algumas estatais, apesar da rigorosa vigilância, voltou-se à prática de contratações, pelo que estamos informados.

Outro aspecto que o presidente não vê, instalado no olho do furacão, é a crise que se adensa em torno da chamada Reforma Agrária, especialmente no Paraná e no Rio Grande do Sul, onde as forças que pretendem criar incidentes se articulam para exigir do governo que proceda como elas querem e não como a razão determina. O resultado é que o diálogo não se inicia e as posições se radicalizam. Isso porque se deseja, no fundo, mudar o regime de propriedade a propósito de distribuir terras. O objetivo final, senão do I Plano Nacional de Reforma Agrária, pelo menos de muitos de seus autores, é a transformação da ordem social e do regime político. Dessas coisas — turbulências que o presidente da República não vê, mas que existem — é preciso que o sr. José Sarney seja informado.

Não só disso — também das preocupações do empresariado, temeroso de que o estouro da base monetária, ou a desmesurada emissão de títulos públicos, torne a inflação de fato incontrolável. Se s. exa. pretende subtrair-se à solidão de Brasília e conhecer o estado de ânimo do empresariado, deve perguntar a seu ministro da Fazenda o que ouviu em São Paulo nesta semana que passou. Somente assim talvez o presidente Sarney perceberá que o olho do furacão não é o melhor posto de observação de onde se possa contemplar os estragos que ele causa.